

Agenda  
Municipal do  
**Sistema  
Comércio**

2024

Recomendações  
de políticas  
públicas para o  
desenvolvimento  
dos municípios

Brasília  
Maio, 2024

Agenda  
Municipal do  
**Sistema  
Comércio**  
2024



Recomendações  
de políticas  
públicas para o  
desenvolvimento  
dos municípios

**Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**  
**Agenda Municipal do Sistema Comércio: Recomendações de políticas públicas para o desenvolvimento dos municípios**

**Presidente:** José Roberto Tadros

**Vice-presidentes:** 1º – Abram Abe Szajman, 2º – Luiz Carlos Bohn, 3º – Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante. Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos.

**Vice-presidente Administrativo:** Antonio Florencio de Queiroz Junior

**Vice-presidente Financeiro:** Leandro Domingos Teixeira Pinto

**Diretores:** Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergílio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonçalves Fernandes, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Aragão Feijó, Maurício Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Ítalo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano

**Diretores Administrativos:** 1º – Marcelo Fernandes de Queiroz, 2º – Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho

**Diretores Financeiros:** 1º – Ademir dos Santos, 2º – Ladislao Pedroso Monte

**Conselho Fiscal:** Carlos de Souza Andrade, Domingos Tavares de Sousa e Valdemir Alves do Nascimento

**Gabinete da Presidência:** Elienai Tavares Câmara

**Diretoria-Geral Executiva:** Simone de Souza Guimarães

**Diretoria de Relações Institucionais (DRI):** Nara de Deus Vieira

**Diretoria Jurídica e Sindical (DJS):** Alain Alpin Mac Gregor

**Diretoria de Economia e Inovação (Dein):** Maurício Ogawa

1ª edição 2024

**Redação técnica:** CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

**Capa e Diagramação:** Gecom/CNC

**Revisão:** Daniel Dutra

**CNC - Rio de Janeiro**  
Av. General Justo, 307  
CEP 20021-130  
PABX: (21) 3804-9200

**CNC - Brasília**  
SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14  
CEP 70041-902  
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

[www.portaldocomercio.org.br](http://www.portaldocomercio.org.br)  
[www.agendadocomercio.org.br](http://www.agendadocomercio.org.br)

C748p

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
Agenda Municipal do Sistema Comércio: recomendações de  
políticas públicas para o desenvolvimento dos municípios / Confederação  
Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo . - Rio de Janeiro :  
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2024.  
31 p. : il. color.

1. Gestão Pública. 2. Tecnologia. 3. Sustentabilidade. 4. Educação.  
5. Desenvolvimento social. 4. Cultura. I. Título.

CDD 351

**Bibliotecária responsável: Danyelle Sant'Anna - CRB-7: 6669**

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>4</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>6</b>
<b>Ambiente de Negócio</b> .....	<b>8</b>
Apoio às micro e pequenas empresas .....	9
Desenvolver um comitê de apoio às MPEs.....	9
<b>Infraestrutura</b> .....	<b>10</b>
Saneamento básico .....	11
Infraestrutura urbana .....	11
Mobilidade urbana .....	12
<b>Planejamento, orçamento e gestão</b> .....	<b>14</b>
<b>Segurança</b> .....	<b>16</b>
<b>Tecnologia</b> .....	<b>18</b>
<b>Sustentabilidade</b> .....	<b>20</b>
Plano carbono neutro.....	21
Resíduos sólidos .....	21
<b>Educação de excelência</b> .....	<b>22</b>
<b>Desenvolvimento social</b> .....	<b>24</b>
<b>Cultura</b> .....	<b>26</b>
Economia criativa.....	27
Empreendedorismo.....	27
<b>Esporte e lazer: bem-estar para todas as idades</b> .....	<b>28</b>
<b>Juventude</b> .....	<b>30</b>



# Apresentação

Primeira atividade econômica do homem na história das civilizações, o comércio é a única atividade autônoma que não guarda, para a sua concretização, qualquer vinculação direta com os demais segmentos.

Diz o velho Talmude (coletânea de livros sagrados judaicos) que “o comércio é tudo aquilo que se compra e tudo aquilo que se vende”. Portanto, desde idos mais antigos, o comércio permeia toda a atividade humana de criação e distribuição de riquezas para uma nação.

O comércio está presente na indústria quando esta compra sua matéria-prima, seus insumos e suas máquinas, e também se faz presente quando a sua produção é vendida. Em igual forma, a agricultura pratica atos de comércio quando compra defensivos, fertilizantes, sementes e, também, quando vende seus produtos. Atos do comércio também estão no campo.

Enfim, em toda a cadeia produtiva, seja ela industrial, agrícola, turística e tantas outras, quem a torna acessível e real é o comércio de bens e serviços. E é por isso que o setor terciário da economia é considerado o pilar fundamental do desenvolvimento das sociedades, capaz de funcionar como uma espécie de catalisador de riquezas ao gerar, multiplicar e fazer circular recursos e renda por diferentes estratos sociais.

Em sua ampla teia de negócios e intercâmbios, transforma a atividade empresarial do comércio de bens, serviços e turismo num importante espelho da eficácia de políticas sociais e econômicas.

Essa característica do setor lhe garante uma responsabilidade maior nos espaços decisórios do Brasil. Na qualidade de entidade de grau máximo de representação sindical empresarial, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e as Federações e Sindicatos a ela filiados, assim como seus braços sociais – o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) –, defendem, nas mais diferentes instâncias do Poder e na sociedade, a inextinguível relevância dos princípios de livre-mercado e da função social das empresas.

Alicerçado nesses princípios, o Sistema Comércio quis contribuir para a determinação de novos rumos para o Brasil, protagonizando um importante movimento de construção de uma agenda em favor do desenvolvimento econômico e social do País.

No momento que se avizinham as eleições municipais, o Sistema CNC-Sesc-Senac entendeu ser oportuno ampliar o diálogo social sobre pontos fundamentais para a modernização do arcabouço regulatório do Brasil.

É isso que o leitor encontrará nesta publicação: não apenas o posicionamento de uma entidade de defesa da livre-iniciativa, como também propostas objetivas daquelas que acreditam num Brasil de liberdades individuais e coletivas, de democracia e igualdade social. A Carta Econômica e Social que encerra este documento é, portanto, uma síntese de nossos anseios, e também um caminho para gestores públicos e lideranças que querem fazer do País uma nação soberana e digna para todos os brasileiros.

**José Roberto Tadros**

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac



José  
Roberto  
Tadros



# Introdução

O objetivo da Agenda é servir como mapa referencial de políticas públicas, elaborado pelo Sistema Comércio para o desenvolvimento dos municípios.

Desenvolvida para ser atemporal, é um programa permanente, vinculado às agendas nacional, estaduais e setoriais de comércio de bens, serviços e turismo, e deve ser utilizada como um instrumento de posicionamento junto aos candidatos aos cargos eletivos. Posteriormente, servirá como base para a formulação de políticas públicas locais.

A Agenda visa auxiliar a aproximação das Federações com os candidatos nas próximas eleições municipais. Nesse sentido, a CNC desenvolveu um documento-base a fim de auxiliá-las na elaboração das agendas municipais, que poderão ser utilizadas em eventos do Sistema Comércio, como debates eleitorais para apresentação das principais temáticas de interesse do empresariado local.

Modernizar e promover mais eficiência à máquina pública, tendo sempre em vista o contribuinte, a população e, sobretudo, os mais vulneráveis. Em seu conjunto, a dimensão e a escala dos investimentos feitos nos últimos anos passam a ser os orientadores básicos do processo de desenvolvimento sustentável e competitivo de cada região.

Ainda existe muito desconhecimento a respeito do funcionamento das prefeituras para além dos serviços públicos tradicionais, como educação, transporte e saúde. A importância do planejamento público costuma ser menos debatida em nosso dia a dia e até ser reduzida, de forma equivocada, a mero cumprimento legal. Nesse sentido, é essencial criar uma metodologia para que exista um acompanhamento do desenvolvimento de políticas públicas que impactem o desenvolvimento local.

O acompanhamento da sociedade civil é um instrumento importante, como forma de reivindicação, e busca organizar, de forma clara e transparente, as ações prioritárias das prefeituras durante os quatro anos de mandato de cada prefeito(a) eleito(a).

A Agenda Municipal terá o objetivo de introduzir as Fecomércios nos ambientes de debates, possibilitando o monitoramento de iniciativas para cada um dos setores representados nas cidades monitoradas/contempladas no documento.

O resultado dessa construção coletiva delimita o horizonte, em termos de entregas para o desenvolvimento local. Os temas abordados estão relacionados a todos os aspectos que impactam o cotidiano da sociedade, desde a educação e bem-estar a infraestrutura, segurança pública e melhorias do ambiente de negócio.



# **Ambiente de Negócio**

## Apoio às micro e pequenas empresas

A economia dos municípios ainda é penalizada pela crise gerada por conta da pandemia da covid-19. Boa parte dos pequenos negócios não possui reservas financeiras que garantam o procedimento deles por longos períodos. Como consequência, tem aumentado o número de empresas fechadas, gerando ainda mais desemprego e menos arrecadação de impostos, indispensáveis ao atendimento das demandas sociais.

É notório que as micro e pequenas empresas (MPEs) respondem por quase 99% do total de empreendimentos existentes, sendo assim os maiores empregadores do País. Ao apoiar o empreendedorismo, o gestor público reforça o seu compromisso no desenvolvimento da economia local.

É cada vez maior a responsabilidade do Poder Executivo com programas de educação para o trabalho, com papel destacado também em qualificação profissional, concessão de microcrédito orientado, estímulo ao empreendedorismo e demais formas de geração de renda.

## Desenvolver um comitê de apoio às MPEs

Desenvolver um comitê de apoio às micro e pequenas empresas, formado por representantes do poder público municipal, de órgãos e instituições locais e de representantes de micro e pequenos empresários, com o papel de elaborar e coordenar a implementação de iniciativas. O comitê ficará responsável por pensar políticas de formalização, inclusão, acesso a crédito e ações de capacitação dos empreendedores.

Outro aspecto a ser considerado pelo comitê são políticas para implementação de redes de apoio ao desenvolvimento da economia social e solidária, todas voltadas para os pequenos negócios.



# **Infraestructura**

## Saneamento básico

A falta de saneamento adequado impacta negativamente diversos indicadores sociais, pressionando os gastos públicos com saúde, e os baixos investimentos em infraestrutura básica representam um dos principais gargalos do desenvolvimento econômico-social do Estado. Além disso, o problema é um inibidor do desenvolvimento econômico nos municípios. Investimentos em indústria, comércio, serviços e turismo requerem segurança ao empresário de que existe na localidade o saneamento básico adequado para atendimento empresarial.

A reversão desse quadro passa necessariamente pela ampliação dos investimentos com foco em políticas públicas voltadas para o setor. Dada a fragilidade econômico-financeira dos entes subnacionais, torna-se necessário, dentre outras medidas, expandir o programa de concessões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a análise dos mercados do setor para mais estados e municípios; definir diretrizes regulatórias claras e efetivas; regulamentar o reuso da água, garantindo segurança jurídica dos produtores e consumidores; e simplificar o processo de licenciamento ambiental para o abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Defendemos que a criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo não depende apenas da simplificação de procedimentos burocráticos e da redução da carga tributária atual, mas também da iniciativa do poder público em criar e disponibilizar condições efetivamente favoráveis ao desenvolvimento de modo geral. Investimentos em infraestrutura e saneamento estão diretamente ligados à melhoria das condições de vida, desencadeando ainda uma série de atrativos ao desenvolvimento da economia local, inclusive despertando os interesses voltados ao efetivo exercício da livre-iniciativa, o que aumenta a circulação de renda e a geração de empregos.

## Infraestrutura urbana

Defendemos que o poder público concentre esforços para um amplo investimento em infraestrutura local, possibilitando as parcerias público-privadas (PPPs) em diversas frentes, gerando segurança jurídica para atração de investimentos estrangeiros. Além disso, projetos de infraestrutura urbana também favorecem a população local, pois facilitam a mobilidade urbana; melhoram a qualidade de habitação dos indivíduos; proporcionam a abertura de novos empreendimentos, antes incapacitados pela falta de investimento local; e facilitam um transporte de mercadorias mais eficiente, reduzindo os custos das mercadorias.

Entendemos que o governo deve concentrar esforços na modernização dos equipamentos de monitoramento dos transportes, principalmente no que tange à implementação da tecnologia de Internet das Coisas (IOT, na sigla em inglês) em equipamentos como: semáforos inteligentes; catracas de transportes inteligentes; e app com informações em tempo real dos transportes e veículos conectados. Tais tecnologias irão ajudar nas tomadas de decisões para adequado dimensionamento da oferta do serviço de acordo com o conhecimento da demanda. Ao implementar tais ações e inserir IOT nos equipamentos públicos de transporte, os governos caminharão na direção da efetiva implementação do conceito de cidades inteligentes (smart cities).

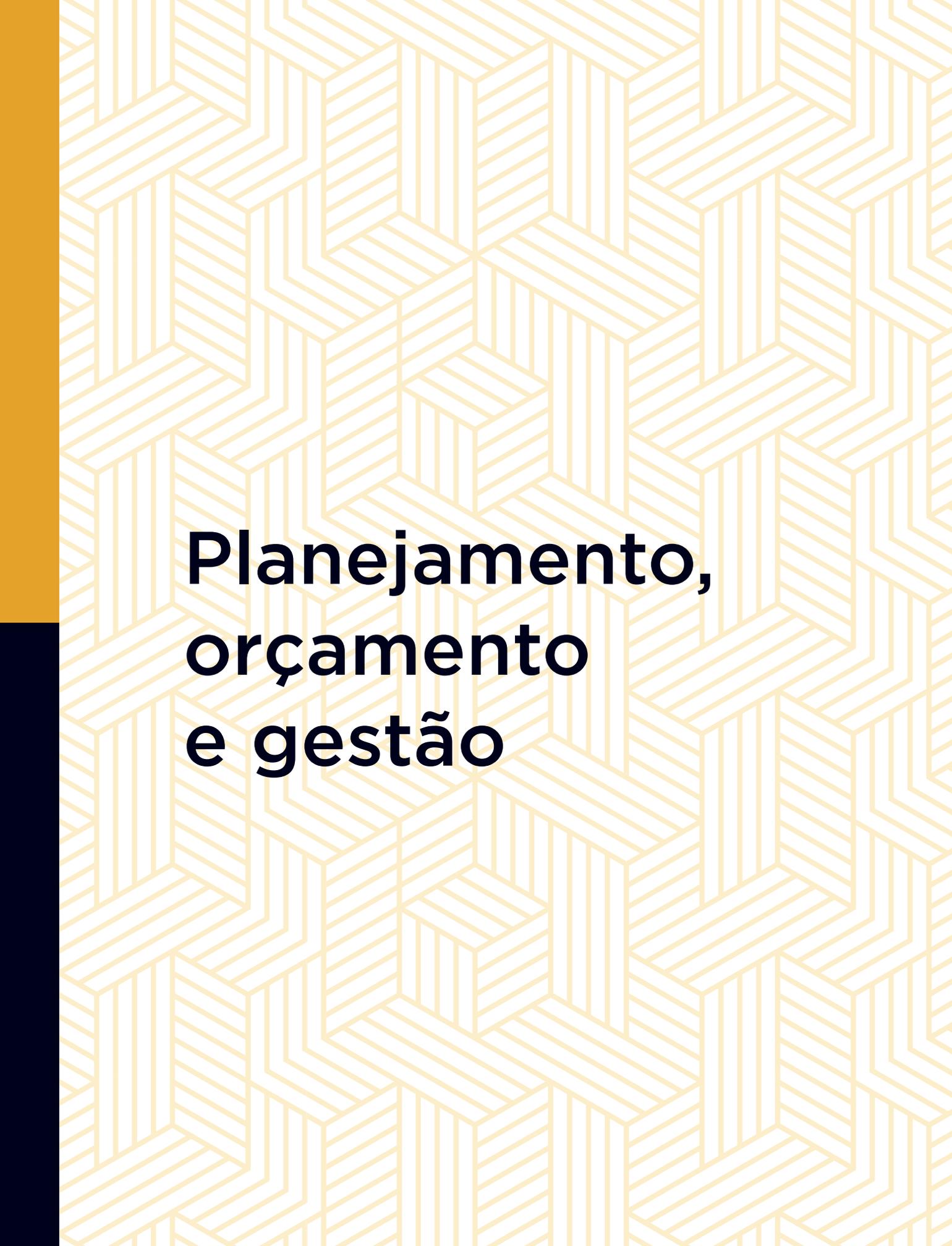
Na questão logística, consideramos que são necessários estímulos e investimentos em outros modelos de transporte. Tais ações, além de oferecer mais uma alternativa ao empresário de transporte, incentivam a concorrência com o modelo rodoviário. Entendemos que tais investimentos em infraestrutura devem ser pautados por concessões e PPPs.

## Mobilidade urbana

O poder público municipal somente deve iniciar a execução de qualquer obra quando os recursos financeiros, os projetos de engenharia e as licenças respectivas (de instalação) estejam disponíveis.

Outro ponto importante a respeito da mobilidade urbana é destravar a legislação para obter, nos menores prazos possíveis, todas as licenças para execução dos projetos. Além disso, é preciso implantar um sistema de monitoramento para garantir a manutenção (conservação e restauração) contínua de pontes, viadutos, passagens de pedestre, calçadas e demais estruturas instaladas, visando à promoção da acessibilidade e segurança da população.





# **Planejamento, orçamento e gestão**

É importante que os municípios possuam, em seu plano de governo, estratégias de curto, médio e longo prazos que sejam norteadoras das leis e normas que regem o orçamento público local, aperfeiçoando assim a tomada de decisão dos gestores públicos e da alta administração.

Deve-se considerar no plano diretrizes que disseminem a política fiscal desenvolvimentista, que fomente a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução da burocracia, com foco na atração de investimentos nacionais e internacionais.

Há, também, a necessidade de (i) assegurar o equilíbrio fiscal por meio de responsabilidade na gestão fiscal, com aumento da receita orçamentária por meio da eficiência e eficácia da arrecadação e controle do gasto público, sem aumento da carga tributária; e (ii) de aumentar a captação de recursos em operações de crédito para aplicação em projetos estruturantes, necessários ao desenvolvimento da cidade.



# Segurança

Intensificar o policiamento dos centros comerciais prevê a promoção de inovações comportamentais, dentro de uma cultura de prevenção lastreada em medidas simples de cooperação mútua entre a Polícia Militar e a comunidade, além de permitir ações educativas para dar mais agilidade e eficiência no atendimento de eventuais ocorrências. Defendemos e apoiamos essa medida, uma vez que ela trará mais tranquilidade para os centros comerciais do País, proporcionando mais segurança e desenvolvimento para o nosso setor.

A violência no Brasil tem raízes estruturais profundas, e quanto maiores os esforços no sentido de reduzir os índices de criminalidade, melhor será para construirmos um País mais seguro.

Experiências e casos bem-sucedidos mostram que tecnologias como câmeras de vigilância, Inteligência Artificial, integração de dados, analytics e softwares de reconhecimento facial podem contribuir de forma importante para a melhoria da sensação de segurança e na redução dos índices de violência.

Entretanto, quando se pensa em soluções para a melhoria da segurança pública, o uso da tecnologia ainda ocupa um espaço modesto na implementação de ações e medidas.

Nesse sentido, defendemos o desenvolvimento e uso de tecnologias na segurança pública, pois a economia gerada pela automação da segurança (de recursos e mão de obra qualificada) e a redução dos riscos, uma vez que as empresas ficam menos suscetíveis a perdas financeiras geradas por roubos e furtos, podem fazer a diferença no fluxo de caixa ao fim do mês. Além do mais, a utilização da alta tecnologia, em conjunto com treinamento e capacitação de agentes, contribui para a redução da criminalidade e para a prosperidade de diversos setores econômicos, dentre eles o comércio de bens, serviços e turismo.

Tal medida deve observar as regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e eventuais legislações específicas sobre o tema, porque existe nítida relação entre os dados pessoais sensíveis, a proteção de dados e a segurança pública no que diz respeito ao reconhecimento facial. Propormos assim:

- *Ampliar o sistema de videomonitoramento urbano, com câmeras integradas ao sistema com novas tecnologias de inteligência, a fim de dar eficiência ao sistema.*
- *Ampliar o número de centros de monitoramento remotos, no âmbito do sistema de videomonitoramento.*
- *Promover avanços tecnológicos nas forças de segurança e novos investimentos em desenvolvimento e implantação de ferramentas para atividades operacionais e atendimento ao público.*
- *Desenvolver ações específicas voltadas para o setor produtivo, a fim de contribuir com a melhoria da sensação de segurança pública, e ações voltadas ao combate à criminalidade, especificamente nos estabelecimentos comerciais e empresas.*



# Tecnologia

O conceito de Cidade Inteligente prevê cidades mais seguras, comunidades saudáveis, rede elétrica inteligente, informação segura sobre transportes e escolas interligadas com o mundo e com as famílias. Haverá comunicação moderna à disposição de todos os cidadãos, via internet, agora com o fortalecimento do sistema 5G.

A população já está avançada em termos de comunicação, com aparelhos individuais que falam com o mundo. É importante que as secretarias de tecnologia desenvolvam projetos que permitam:

- *No transporte público: que o cidadão, usando o seu celular, possa saber o momento certo em que o ônibus chegará, entre outras informações;*
- *Na educação: que as unidades escolares estejam interligadas a um sistema com informações sobre frequência, desempenho dos estudantes, detalhamento das questões curriculares; permitindo ainda que as matrículas sejam disponibilizadas de forma eletrônica, facilitando o acesso dos estudantes às vagas;*
- *Na segurança pública: que instalações já existentes (câmeras, radares, etc.) sejam integradas num mesmo sistema, permitindo o desenvolvimento de metodologia que antecipe o combate a crimes de forma que, rapidamente, os órgãos policiais possam agir;*
- *Que o acesso à tecnologia seja essencial para a camada social mais carente, e dessa forma sugerimos o desenvolvimento de um programa que disponibilize Wi-Fi de forma gratuita.*



# **Sustentabilidade**

Uma das questões fundamentais que o mundo tem enfrentado é a mudança climática. O Brasil assumiu, no Acordo de Paris, o compromisso de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e de adotar os instrumentos necessários para conter o aquecimento global até 2030. Para tanto, as nossas cidades precisam ser inseridas num plano de metas nacional.

## Plano carbono neutro

- *Executar um plano que projete zerar ou diminuir a emissão de gases de efeito estufa;*
- *Desenvolver programa de obtenção de recursos financeiros via créditos de carbono;*
- *Investir na ampliação de transporte público de baixa emissão de carbono, como metrô ou frota movida por biocombustíveis.*

## Resíduos sólidos

- *Executar o programa de apoio à reciclagem;*
- *Promover campanhas de educação ambiental para coleta seletiva;*
- *Ampliar a coleta seletiva.*



# **Educação de excelência**

A escola tem sido desafiada a integrar efetivamente as tecnologias digitais na educação. Nos últimos anos, o ambiente educacional vem sofrendo modificações quase diárias devido ao avanço das tecnologias. Dessa forma, os modelos obsoletos têm sido grande empecilho para o desenvolvimento educacional, principalmente no interior do estado.

Todas as ações, portanto, precisam estar vinculadas à melhoria do desempenho escolar dos estudantes e o conseqüente e almejado aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), das instituições educacionais da rede pública de ensino. Reside nessa vinculação o caminho para que continuemos a lutar para eliminar de vez as mazelas que afligem a todos: distorção idade/série, evasão, abandono e o baixo índice de aprendizado. Com ações implementadas nesse sentido, a vida escolar e a aprendizagem dos estudantes seguirão no ritmo de excelência, inclusive com liberação dos espaços para a recepção dos novos estudantes que ingressam na rede.

Entendemos que a tecnologia deve ser a grande aliada da educação. Assim, são fundamentais políticas públicas que garantam a toda a comunidade escolar práticas de ensino e aprendizagem mais modernas e conectadas com as novas tecnologias.



# **Desenvolvimento social**

Apesar das ações do Estado e das respostas positivas dos setores produtivos à crise enfrentada nos últimos anos, precisamos intensificar o trabalho de resgate da dívida social que o País, como um todo, contraiu ao longo de sua história. É preciso fazer com que as estatísticas econômicas sejam o resultado de benefícios alcançados pelo maior número possível de pessoas, incluindo cada vez mais pessoas no processo de desenvolvimento, para que o progresso seja harmônico. Essa é a fórmula do sucesso nas sociedades desenvolvidas: a busca da equidade social, entendida como a criação de condições para que as populações mais pobres participem do mercado de consumo de bens e serviços. Como consequência, a preparação de um ambiente social que possa sustentar o processo de desenvolvimento econômico.

Nos últimos anos, uma das marcas que carregamos é uma gestão que cuida das pessoas. Parte-se do pressuposto de que o sucesso das políticas públicas no campo social depende do permanente e indispensável diálogo com a sociedade civil, de modo a ampliar a criação e a manutenção de espaços de participação.



# Cultura

Um dos segmentos mais afetados com a pandemia nos últimos dois anos, a cultura praticamente se reinventou, conectando-se intrinsecamente à economia – daí extraindo o conceito de Economia da Cultura ou Economia Criativa, que gera renda e promove empregos a partir do capital intelectual. Isso porque, além dos artistas, há uma gama de profissionais envolvidos direta e indiretamente que formam a rede da Economia Criativa, como os operadores de som e de luz, maquiadores, cenógrafos, pipoqueiros e até mesmo os motoristas de táxi ou aplicativo, que conduzem o público aos eventos.

Para se ter uma ideia, segundo dados do Ministério da Cultura em 2018, havia, no Brasil, 251 mil empresas ligadas à Economia da Cultura (cujos insumos são as ideias), com mais de 1 milhão de empregos, o que recolheu aos cofres públicos em impostos cerca de R\$ 10,5 bilhões.

Diante desses dados, observamos que a cultura não é somente diversão e arte, mas um eixo importante para a economia. Além dos números, temos uma sociedade que consome cultura e famílias que vivem dessa cultura.

## Economia criativa

A Economia Criativa será o motor da retomada da economia como um todo depois da pandemia da covid-19. Sendo assim, devemos nos empenhar, nos próximos anos, em formar novos profissionais; capacitar os que já atuam no setor; e ampliar e criar ambientes de negócios, além de nos mantermos atuantes na preservação do patrimônio cultural e da diversidade, acessibilidade, democratização e descentralização das políticas públicas culturais.

Com uma visão mais sistêmica, que envolve todas as nuances da economia criativa, e não apenas o fomento a projetos culturais, propomos as seguintes linhas de ação para que os avanços não retrocedam:

- Democratizar e descentralizar os recursos, atendendo de forma mais incisiva as regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), seus segmentos e demais peculiaridades.
- Criar um banco de talentos de profissionais da cultura, no qual, obrigatória e minimamente, 30% das fichas técnicas dos projetos fomentados com recursos públicos deverão ser compostas por esses profissionais.

## Empreendedorismo

- Isenção de impostos para utilização de determinados espaços, especialmente em locais que demandam maior desenvolvimento socioeconômico.
- Criar setor que auxilie agentes culturais a modelar o seu negócio, em parceria com agências públicas e privadas.
- Utilização do Fundo de Apoio à Cultura não apenas como investidor a fundo perdido, mas também com empréstimos que possibilitem o desenvolvimento de empresas inseridas no cenário da indústria criativa.



**Esporte e lazer:  
bem-estar para  
todas as idades**

A política de esporte implementada em conformidade com a Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) está voltada basicamente para três vertentes: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento. Para cumprir essas finalidades, visando ampliar as ações já implementadas e também criar novas, é imperativo uma política de esporte e lazer com ações integradas voltadas para a popularização de práticas que atinjam todos os segmentos da sociedade, contribuindo para a criação de hábitos esportivos permanentes, tendo em vista o direito social ao esporte e lazer como dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não formais.

Para tanto, é fundamental a elaboração de um plano diretor do esporte, com o objetivo de definir princípios, objetivos e diretrizes, tornando-o um marco no desenvolvimento estruturado de ações desportivas. A partir daí, revitalizar áreas públicas deterioradas, priorizando aquelas onde há elevados índices da criminalidade associada ao tráfico de drogas, numa ação conjunta interinstitucional de secretarias e agências públicas.



# Juventude

Políticas transversais devem permear tal segmento, oferecendo um olhar específico à saúde, à educação e ao social (cultura e lazer), assim como capacitação e inserção no mercado de trabalho, visando criar ações para o público que não estuda e nem trabalha.

- Implementar centros de referência da juventude funcionando inclusive aos fins de semana;
- Criar o Observatório de Proteção Integral à Juventude;
- Criar o selo “Empresa Amiga da Juventude”.



